

APÊNDICE I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços Desenvolvimento, Configuração e Customização do Moodle, bem como, serviços de Web design e de Design pedagógico para atender às necessidades dos Cursos EAD previstos no Projeto Vertentes.

2. DA JUSTIFICATIVA

Como os cursos do Senar ofertados nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) do Moodle são gerenciados pelo próprio Senar, e não temos recursos focados no desenvolvimento da solução, a gestão desses cursos não tem as mesmas funcionalidades, relatórios de gestão e indicadores de desempenho. Sendo assim, o escopo dessa contratação auxiliará o Senar na gestão desses cursos baseados no Moodle.

O Moodle é o ambiente virtual de aprendizagem com maior aceitação no mercado de e-learning, responsável por 77% do Market share do segmento no Brasil e na América Latina e, sendo utilizado hoje por aproximadamente 196 milhões de usuários de 239 países, em 156 instâncias registradas.

O Senar atualmente, disponibiliza alguns dos cursos na modalidade a distância em ambientes virtuais de aprendizagem específicos de empresas prestadoras de serviços, como no Moodle.

No entanto, é necessário que se atualize os templates utilizados e a navegação de forma a melhorar a experiência dos alunos e participantes e, para o Senar melhorem os relatórios de gestão, os indicadores de desempenho e, a visualização gráfica desses relatórios e indicadores.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

3.1. A adequação e customização do ambiente virtual de aprendizagem – Moodle Senar considerando o design, a experiência do aluno na navegação e a utilização das funcionalidades mais atuais disponibilizadas pelo Moodle, nas versões mais recentes para um novo template padrão de tela inicial, para a apresentação e configuração dos cursos, assim como para a geração de relatórios e indicadores de desempenho desses cursos.

a) Os serviços deverão contemplar ainda um tutorial com todas as funcionalidades desenvolvidas, como:

- Tela inicial do curso;
- Barra de progresso;
- Disponibilização de arquivos, vídeos imagens, ppt;
- Videoaula
- Fórum;
- Mural;

- Enquete;
- Chat;
- Glossário;
- Perguntas de múltipla escolha;
- Avaliação de conhecimento;
- Avaliação de reação;
- Questionário;
- Wiki;
- Repositório de arquivos;
- Scorm;
- Link externo;
- Calendário; e
- Notas,
- Certificado.

b) Em relação aos relatórios, estes devem contemplar os seguintes indicadores:

- Progresso com percentual de conclusão;
- Cursos com turmas abertas
- Acesso ao curso;
- Notas;
- Acesso ao último curso;
- Turmas;
- Alunos;
- Login;
- Número de alunos por curso;
- conclusão do curso;
- Usuários que nunca logaram;
- Todos os usuários;
- Logs de acesso;
- Logs ativos; e
- Geral dos cursos.

4. DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA E DO PERFIL TÉCNICO

4.1. Capacitação técnico-Operacional da Empresa

4.1.1. A empresa participante deverá apresentar comprovação por meio de um ou mais atestados técnicos, em papel timbrado do emitente, em via original ou cópia autenticada, firmados por empresas públicas ou privadas, em conformidade com o objeto deste instrumento, com as informações mínimas abaixo:

- a) Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- c) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

4.2. Do Perfil Técnico

4.2.1. Desenvolvedor web (especialista em *front-end*)

a) Habilidades necessárias

- Sólido conhecimento de PHP com orientação a objetos;
- MySQL, HTML/HTML5, CSS e JavaScript;
- Experiência com sistemas de versionamento e deploy de código;
- Conhecimento básico para instalação e administração de servidores Linux (Sistema operacional e servidor de aplicação web);
- Instalação e configuração do Moodle em ambiente Linux local ou em nuvem;
- Conhecimento avançado em Moodle versão 3 ou superior; e
- Conhecimento em ferramentas de geração e publicação de relatórios (JasperSoft, IReport, Tibco).

b) Habilidades desejáveis

- Experiência com metodologias de desenvolvimento ágil;
- Experiência com sistemas de gestão de projeto;
- Analisar processos de negócios e requisitos do usuário para estabelecer o Suporte Moodle;
- Executar design, configurar, personalizar e implementar sistemas LMS responsivos e eficazes;
- Conhecimentos no padrão SCORM e softwares gráficos (Photoshop e Fireworks); e
- Capacidade de rápida solução de problemas, boa comunicação escrita e oral, habilidades de trabalho em equipe, transição entre vários projetos e plataformas.

4.2.3. A experiência do profissional deverá ser comprovada mediante apresentação de contrato de trabalho/ficha funcional/cópia atualizada da carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ou ainda atestado de capacidade técnica, desde que não seja emitido pela própria empresa participante.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência será de 6 (seis) meses a partir da data de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse entre partes, por meio de termo aditivo.

6. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Fica desde já convencionado que a **CONTRATANTE**, por meio de seus representantes, irá monitorar os serviços objeto deste termo de referência, não descaracterizando com isso as responsabilidades e obrigações do técnico da empresa responsável pela execução dos serviços.

6.2 O monitoramento da **CONTRATANTE** não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais falhas na prestação dos serviços.

6.3. A **CONTRATANTE** indicará seus representantes junto à **CONTRATADA** para a gestão do presente termo de referência.

6.4. A **CONTRATADA** deverá utilizar-se das melhores práticas no desenvolvimento/customização de módulos no aplicativo open source (Moodle).

6.5. A **CONTRATADA** deverá assinar Termo de Responsabilidade, conforme as regras de segurança da informação da política de segurança da instituição.

6.6. A **CONTRATADA** deverá entregar exclusivamente à **CONTRATANTE** toda a documentação, englobando estudos e análises resultantes dos serviços propostos.

6.7. A **CONTRATADA** deverá fornecer cronograma para prestação de serviços de acordo com o escopo deste Termo de Referência.

6.8. A **CONTRATADA** deverá realizar treinamentos online e ao vivo para equipe de TI, caso, necessário para configurações, customizações e atualizações nas funcionalidades desenvolvidas.

6.9. A **CONTRATADA** deverá realizar correção de eventuais problemas na implantação, configuração, customização dos serviços prestados, quando necessário, através da distribuição de novas “releases”.

6.10. A **CONTRATADA** fica proibida manter em sua posse e compartilhar com terceiros dados que são do Senar, inclusive cabendo aqui as aplicações previstas na LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados.

6.11. A **CONTRATADA** deverá manter sigilo absoluto das informações fornecidas e poderá divulgá-las somente com autorização por escrito do Senar.

6.12. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente ao Senar qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;

6.13. A **CONTRATADA** deverá alocar profissionais para executar as atividades que tenham participado em treinamento (s) especializado (s) que são objeto desta Especificação Técnica, em conformidade com a atividade a ser realizada ou que possuam experiência na realização.

6.14. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os modelos, pacotes e configurações das customizações, desenvolvimento dos serviços para a equipe de TI do Senar.

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento dar-se-á até 10 (dez) dias úteis após a entrega efetiva e aceite definitivo dos serviços, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura, para as conferências e os atestados de recebimento pela área solicitante, com 10 (dez) dias de antecedência ao vencimento.



7.2. As notas fiscais referentes a serviços realizados no mês anterior devem ser apresentadas até o primeiro dia útil do mês seguinte, garantindo o cumprimento das regras internacionais de contabilidade e tributação. As notas fiscais só poderão ser emitidas após o aceite das implementações pela **CONTRATANTE**.

7.3. Os pagamentos estarão condicionados à emissão do Termo de Aceitação pela **CONTRATANTE**.

7.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente algum dado incorreto, o documento será devolvido à **CONTRATADA** e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais para a **CONTRATANTE**.

APÊNDICE I

FRAUDE E CORRUPÇÃO

1. Finalidade

1.1 As Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco e este anexo aplicam-se a aquisições no âmbito de operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco.

2. Requisitos

2.1 O Banco determina que os Mutuários (inclusive os beneficiários de financiamento do Banco), licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiros e fornecedores e quaisquer subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores; quaisquer representantes (declarados ou não) e quaisquer de seus funcionários observem o mais elevado padrão de ética durante o processo de aquisição, seleção e execução de contratos financiados pelo Banco, e que se abstenham de práticas relativas a Fraudes e Corrupção.

2.2 Nesse sentido, o Banco:

- a. Define, para fins desta disposição, os termos abaixo da seguinte forma:
 - i. A expressão “prática corrupta” refere-se à oferta, entrega, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor a fim de influenciar indevidamente os atos de terceiros;
 - ii. Entende-se por “prática fraudulenta” qualquer ato ou omissão, inclusive declarações falsas, que, de forma intencional ou irresponsável, induz ou tenta induzir a erro uma parte para obter benefícios financeiros ou outros benefícios, ou para evitar uma obrigação;
 - iii. A expressão “prática colusiva” indica a combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente os atos de outra parte;
 - iv. A “prática coercitiva” refere-se a prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, qualquer parte ou sua propriedade com o intuito de influenciar indevidamente os atos de uma parte;
 - v. A definição de “prática obstrutiva” é:
 - (a) deliberadamente destruir, falsificar, adulterar ou ocultar provas relevantes para investigações ou fazer declarações falsas a investigadores com o objetivo de obstruir uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte com vistas a impedi-la de revelar fatos de que tem conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou à sua realização; ou
 - (b) atos que tenham por objetivo dificultar o exercício dos direitos do Banco de realizar inspeção e auditoria previstos no parágrafo 2.2(e).

- b. Rejeita a recomendação de adjudicação se ele determinar que a empresa ou o consultor recomendado para a adjudicação, ou quaisquer dos membros de seu quadro, representantes ou subconsultores, subcontratados, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários destes tiver se envolvido, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
- c. Pode, além dos corretivos legais estabelecidos no Acordo Legal pertinente, tomar outras medidas apropriadas, inclusive declarar o processo de seleção viciado, se ele determinar a qualquer momento que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos do empréstimo se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação, seleção e/ou execução do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas tempestivas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para resolver essas práticas quando ocorrerem, inclusive por não informar ao Banco de imediato ao tomar conhecimento dessas práticas;
- d. Pode, em conformidade com as Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco e com as políticas e procedimentos de sanções vigentes do Banco, poderá sancionar uma empresa ou pessoa física, indefinidamente ou por um período determinado, inclusive declarando em público que tal empresa ou pessoa física está inelegível para (i) receber a adjudicação ou se beneficiar de um contrato financiado pelo Banco, seja em termos financeiros ou de qualquer outra forma;¹ (ii) ser designada² como subcontratado, consultor, fabricante ou fornecedor, ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual seja adjudicado um contrato financiado pelo Banco; e (iii) receber os recursos de qualquer empréstimo feito pelo Banco ou de outra forma participar da preparação ou execução de qualquer projeto financiado pelo Banco;
- e. Requer a inclusão de uma cláusula em documentos de ofertas/solicitação de propostas e em contratos financiados por um empréstimo do Banco, determinando (i) que os Licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiros e fornecedores, e seus subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, representantes, pessoal permitam ao Banco inspecionar³ todas as contas, registros e outros documentos relacionados

¹ Para evitar dúvidas, a inelegibilidade de uma parte sancionada para a adjudicação de um contrato deverá incluir, entre outros, (i) candidatar-se para pré-qualificação, manifestar interesse em relação a uma consultoria e ofertar, seja diretamente ou como subcontratado designado, consultor designado, fabricante ou fornecedor designado, ou prestador de serviços designado, em relação ao referido contrato, e (ii) formalizar aditivo ou alteração que introduza uma modificação considerável em qualquer contrato existente.

² Um subcontratado designado, consultor designado, fabricante ou fornecedor designado ou prestador de serviços designado (a nomenclatura difere a depender do documento de licitação específico) é aquele que foi: (i) incluído pelo Licitante em seu pedido de pré-qualificação ou Proposta por incorporar experiência e know-how específicos e imprescindíveis que permitem ao Licitante atender aos requisitos que qualificam a Proposta em questão; ou (ii) designado pelo Mutuário.

³ Neste contexto, as inspeções geralmente têm caráter investigativo (isto é, forense). Envolvem o levantamento de informações factuais pelo Banco ou pessoas designadas por ele para tratar de assuntos específicos relacionados a investigações/auditorias, como a avaliação da veracidade de uma alegação de possível Fraude e Corrupção, por meio dos devidos mecanismos. Essa atividade inclui, entre outras: acesso e exame dos registros e informações financeiras de uma firma ou pessoa física, e reprodução de cópias desses registros e informações conforme a pertinência; acesso e exame de quaisquer outros documentos, dados e informações (seja em formato impresso ou eletrônico) considerados relevantes para a investigação/auditoria e reprodução de cópias desses registros e



ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, e para que sejam auditados pelos auditores designados pelo Banco.

informações, quando pertinente; entrevista do pessoal e outros indivíduos relevantes; realização de inspeções físicas e visitas in loco; e obtenção da verificação de informações por terceiros.

**Serviço Nacional de
Aprendizagem Rural**

www.senar.org.br

SGAN Quadra 601 Módulo K
Ed. Antônio Ernesto de Salvo
Brasília/DF - CEP 70.830-021
Telefone: (61) 2109-1400